

Palavras. Revista da Associação de Professores de Português, Lisboa, nº. 31, 2007, pp. 79-85.

O desafio da autobiografia nos programas de Português e de Literatura Portuguesa do Ensino Secundário¹

Carina Infante do Carmo
Universidade do Algarve - FCHS
ccarmo@ualg.pt

Hoje, mais do que nunca, parece fazer sentido reconhecer no contexto português uma efervescência autobiográfica que se traduz na multiplicação de edições em livro ou de testemunhos publicados em periódicos², perfeitamente agrupáveis sob esse rótulo genológico. Sucedem-se os artistas, os políticos e as celebridades televisivas que não perdem a oportunidade de lançar obras autobiográficas, levando inúmeras livrarias a reservar-lhes uma secção à parte. Outra marca dessa expansão exponencial do autobiográfico afirma-se com os blogues que, sob a forma de diários electrónicos, se revelam intensamente centrados no seu presente veloz e voraz de actualização: uma espécie de «rolo de papel que se desdobra entre o presente e o passado», nos termos de José Pacheco Pereira (2006: 5). Este impressionante fascínio de contar a vida por parte de intervenientes tão diversos no espaço público coincide, entretanto, com a proliferação de biografias em formatos diversos que não se limitam ao relato retrospectivo e compreendem a entrevista e a fotobiografia.

Se analisarmos este fenómeno em perspectiva, veremos que a história da autobiografia é, em grande medida, a história da individuação e da publicidade do *eu*, consagradas na modernidade. Ao longo do século XX somou-se ainda o facto de a autobiografia se ter transformado num verdadeiro imperativo teórico, movido pela discussão quanto ao seu estatuto historicista, literário ou culturalista. Na verdade, contar-se a si mesmo obriga ao encontro de um sujeito com a linguagem que o constrói,

¹ Este texto tem por base uma comunicação no seminário «*Para onde ís? Os novos programas de Literatura Portuguesa do Ensino Secundário*», organizado pelo Centro de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade do Algarve, a 29 de Setembro de 2004.

² A título de exemplo, refiro o *JL* que, desde Maio de 2004, passou a integrar, na última página, a secção «Autobiografia» onde têm colaborado inúmeros escritores, artistas plásticos ou cientistas de língua portuguesa.

manipulando-se para isso o tempo e o manancial retórico. Esta é uma concepção contemporânea, adversa à mera verificação do homem-autor na obra que, ainda nos meados do século passado, retinha a autobiografia entre os géneros historiográficos, com um intuito documentalista. As questões da opacidade e propensão ficcional da palavra, tornaram-se, deste modo, pontos cardeais no estudo da autobiografia, sem contudo ignorar o jogo de convencimento realista que ela sempre impõe.

A autobiografia ganhou também outras áreas de investigação, não apenas adstritas ao (mas dialogantes com o) literário. Sublinho, em primeiro lugar, a intersecção desafiante da autobiografia com os Estudos de Memória e com as Neurociências, de um modo geral (Tadié e Tadié, 1999). Depois, com o peso crescente dos temas da intimidade, os estudos autobiográficos integraram um campo mais vasto de análise a que novos suportes mediáticos deram origem para além da escrita. O gravador, o vídeo ou a *internet* alargaram, de facto, o problema autobiográfico para um âmbito culturalista. Esses novos meios não só diversificaram as formas de composição enunciativa e os protagonistas que publicamente narram a sua vida ou fazem o seu auto-retrato, como revelaram, com mais clareza, até que ponto o discurso pessoal se articula com modelos de identidade, histórica e ideologicamente inscritos (Eakin, 1999)³.

Neste contexto, a adopção de obras autobiográficas pelos programas de Português e de Literatura Portuguesa do Ensino Secundário, que entraram em vigor nos anos lectivos de 2003/2004 e 2004/2005, respectivamente, constitui mais um sintoma da vaga autobiográfica, reforçando a legitimação canónica do género dentro do espaço institucional da escola. Sendo ainda limitada, entre nós, a investigação universitária sobre a autobiografia, quer no campo das ciências sociais (História, Sociologia, Antropologia, Estudo dos *Media* ou Psicologia) quer no do comparatismo literário⁴, não deixa de

³ Filha de uma matriz teórica pós-estruturalista, a leitura cultural da autobiografia não privilegia a escrita e a qualidade estética dos textos. Estuda-os em vários suportes e como um lugar discursivo onde o privado e o individual são ideologicamente modelados pelo social. Interessa-lhe, por exemplo, as regulações sociais e as relações de poder que determinam nos sujeitos os seus perfis de classe, raça, etnia ou género. Cf., a este propósito, Sidonie Smith e Julia Watson (ed.), 1996.

⁴ Gostaria de evidenciar, do lado da História, o trabalho de António Ventura, nomeadamente as suas fichas bibliográficas sobre autobiografia novecentista, na revista *História*, e uma colectânea de textos de resistência ao Estado Novo (Ventura, 2001). O mesmo faço em relação à investigação de Maria Manuela Cruzeiro no âmbito do Projecto de História Oral do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, empenhada na recolha de testemunhos dos principais intervenientes na Revolução de 1974. Do lado dos Estudos Literários, destacam-se as publicações de Clara Rocha (1992) e de Paula Morão (org., 1994 ou 2003), sendo que esta última especialista coordena o projecto de investigação «O Intimismo – Problemas e Limites da Representação», no âmbito do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade

constituir este facto um marco saliente de mudança. Por esse motivo, não pretendo agora vir apenas detectar naqueles programas eventuais anacronismos ou impropriedades. Embora não deixe de ler criticamente as orientações programáticas em presença, interessa-me, sobretudo, entender esta incorporação como um sinal histórico dos reajustes no sistema genológico e das transformações no entendimento do literário, o que confirma a autobiografia como zona privilegiada de interrogação e de desafio críticos.

No *Programa de Literatura Portuguesa* do 10.º e 11.º. anos, dão-se como razões para esta alteração de conteúdos o contributo da autobiografia para a formação e experiência humanas dos alunos, assim como a vontade de «diversidade genológica dos textos [...], procurando incluir-se práticas de escrita de menor visibilidade, como sejam a diarística e a memorialística, a biografia e a autobiografia» (Coelho, 2001a: 4). Trata-se de géneros relativamente recentes (mais significativos do século XVIII em diante) e com direito a publicação regular apenas à beira do século XX, pelo que se torna natural que a organização do programa se oriente não pela cronologia mas pela distinção genológica, nos módulos obrigatórios de estudo e no chamado Projecto Individual de Leitura.

Merece, no entanto, um reparo negativo a equivalência entre «diversidade genológica» (*idem: ibidem*) e «diversidade tipológica e funcional dos textos» (*idem: 30*). Em boa verdade, a tipologização textual apresenta duas grandes incompatibilidades com a literatura. Por um lado, ela pressupõe uma diferenciação rígida entre o literário e o não literário, quando «a literatura é um fazer que nos dá acesso», como uso artístico da língua natural, «à ‘complexidade’ e ao *grande jogo* dos ‘jogos de linguagem’ e das ‘formas de vida’» (Gusmão, 2003: 244; itálico do texto), como defende Manuel Gusmão. Numa entrevista ao *JL*, o mesmo ensaísta explicita melhor a sua ideia:

[...] a literatura tem a ver com a complexidade do próprio sistema linguístico a que ela acrescenta a complexidade das convenções, das regras, dos protocolos dos géneros literários e da ‘linguagem literária’, entendida enquanto um conjunto aberto de formas de comunicação e invenções verbais. (Gusmão, 2005: 13)

Por outro lado, torna-se bastante infrutífero compartimentar a matéria literária em tipos textuais, tão instáveis são as suas fronteiras formais e históricas. Importa não esquecer a

de Lisboa. De referir ainda a publicação de vários estudos monográficos sobre autores portugueses de textos autobiográficos, como Vergílio Ferreira (Mourão, 1989), Ruben A., (Dias, 2004) ou Al Berto (Freitas, 2005).

permanente mutação das formas literárias, por efeitos de contaminação ou de paródia, assim como a determinação pragmática e o impacto das expectativas e competências dos leitores no reconhecimento e na interpretação da literatura. Daí que esta arrumação em tipos textuais se revele um espartilho feito de traços distintivos e resulte de uma identificação algo esquemática da competência e da proficiência linguísticas⁵.

Não nego a existência de características invariantes que sistemicamente definam um género literário. A elas se juntam sempre possibilidades contingentes de inovação que se concretizam em diferentes subgéneros, também eles evolutivos. Assim se compreende que a plasticidade da autobiografia contemporânea passe tão assiduamente por formas ficcionadas do diário, como já o fizeram Augusto Abelaira, em *Bolor* (1968), ou Teolinda Gersão, em *Os Guarda-Chuvas Cintilantes* (1984). Determinados no fluxo histórico por convenções sociais e literárias que regulam a comunicação literária, os géneros não são um mero atributo normativo das obras. Funcionam eles, ao invés, como um indicador indispensável à produção e à leitura literárias, em função de padrões dominantes ou das hipóteses de transformação dos textos e das classes em que eles se agrupam (Głowiński, 1995: 112-115).

Apesar de não terem exactamente os mesmos destinatários nem servirem os mesmos tipos de formação, os dois novos programas do Ensino Secundário coincidem bastante no tratamento dos conteúdos autobiográficos. Escusado será notar que, por integrar o tronco comum da formação específica do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Literaturas, a disciplina de Literatura Portuguesa dá mais espaço ao texto literário e também à autobiografia, em duas modalidades combinadas. No 11.º ano, o módulo 2, intitulado «De *Orpheu* à contemporaneidade», prevê a possibilidade de estudar Irene Lisboa, Miguel Torga e Vergílio Ferreira. Acresce ainda uma lista específica, bastante extensa, de textos auto/biográficos portugueses, quase todos do século XX, a seleccionar pelo aluno para o seu Projecto Individual de Leitura, no 10.º e 11.º anos.

⁵ No *Programa de Português* consta, entre os «[p]rocessos de operacionalização das competências» (Coelho, 2001b:10) de compreensão oral e escrita, a inevitável divisão em tipos de textos, literários ou não, tendo assim por adquirida uma alegada especificidade linguística do literário (a *literariedade*) que as teorias formalistas sempre procuraram, em vão, ao longo do século XX. Sabemos que esse é o caminho mais próximo para ver na literatura o modelo da boa linguagem ou, então, o mero desvio ornamental face a uma suposta linguagem padronizada e básica, inerente à comunicação do quotidiano.

Já no que toca ao *Programa de Português*, reserva-se o 10^o. ano para explorar o domínio autobiográfico. Abandonada (infelizmente, sublinho) a antiga prevalência da literatura, este programa prevê, entre os seus conteúdos de leitura, as inevitáveis «tipologias» (Coelho, 2001b: 36) de carácter autobiográfico, sejam elas literárias ou não. De entre o grupo dos textos não literários são escolhidos diários, memórias e cartas que, conforme a definição dada, exemplificam a «implicação do *eu* no discurso, apresentando uma opinião, defendendo uma convicção ou exprimindo uma sensibilidade» (*idem: ibidem*). A distinção é feita em termos bastante vagos e genéricos que, bem analisados, não conseguem delimitar a especificidade do não literário. Dá-se simplesmente por adquirida a convicção de haver uma essência da autobiografia literária em que, além do mais, se admite integrar Camões lírico.

Como seria de esperar, ligar Camões ao domínio autobiográfico constitui uma decisão programática no mínimo polémica e que exige reflexão ponderada. Tal proposta advém não apenas de um conceito essencialista (tão discutível) da autobiografia literária que alegadamente se diferencia da escrita de si em contextos quotidianos. A escolha de Camões acaba por ser, creio bem, o resultado de uma armadilha biografista, ignorando-se as coordenadas históricas do género autobiográfico.

O rastreio histórico das escritas de si não começa evidentemente no século XVIII e nem tão-pouco na cabeça de linhagem do género que são as *Confessions* (1782-1789) de Rousseau. Santo Agostinho ou Montaigne são, de resto, dois nomes incontornáveis desse riquíssimo processo evolutivo que tornou a autobiografia num género literário, assinalado, por muita bibliografia crítica, como um dos mais emblemáticos da modernidade (Weintraub, 1991: 18-33). A este propósito, não posso deixar de sublinhar as mutações ocorridas no sistema genológico (a começar pela ascensão do romance) que, do romantismo em diante, se ajustaram a uma ideia auto-reflexiva da literatura e a um sujeito em devir, inacabado e complexificado pela sua interioridade. Não admira que seja apenas desse período o crescendo de importância da autobiografia, tanto mais que, ao cruzar vida e escrita, ela mostra um sujeito no tempo histórico e que simula ser verdade, enquanto exhibe os seus limites, inventados na e pela linguagem.

A qualificação autobiográfica da lírica camoniana levanta inevitáveis objecções, no seu arriscado anacronismo histórico-literário e numa suposta transparência mimética da poesia. Não é à toa que Aguiar e Silva insiste em salientar até que ponto a

«ilusão biografista» (Silva, 1994: 189) do lirismo camoniano «resulta do ‘espelho’ literário e dos efeitos específicos — reflexos, refrações, anamorfozes...— que ele origina ou intensifica» (*idem: ibidem*). Quer isto dizer que a figura do poeta-amante, marcado pela melancolia e pelo desconcerto, depende, acima de tudo, de códigos filosóficos (sobretudo neoplatónicos) e de convenções literárias estabelecidas pela estética clássica da imitação de que Camões se apropriou e transformou. «Não é, deste modo, a biografia que gera a poesia, mas a poesia que, segundo determinadas normas e convenções semióticas, constrói uma biografia.» (*idem: ibidem*). Assim o diz o ensaísta de *Camões: Labirintos e Fascínios*, no intuito de denunciar as efabulações biografistas que pretendem ver nos poemas retalhos de vida do seu autor, anteriores e exteriores à escrita, transformando-se na prova última dos textos que integram o cânone camoniano.

Ciente da justeza dos argumentos acima expostos, não creio, em todo o caso, que eles invalidem o estudo daquele autor quinhentista na relação com o problema de fundo da escrita autobiográfica. Explico-me melhor. Não se trata, já o vimos, de dar uma etiqueta autobiográfica aos sonetos, canções e redondilhas. Isso seria, no mínimo, uma atribuição genológica anacrónica. A questão que coloco funda-se, em contrapartida, no conceito da linguagem enquanto operador de mediação (opaca e figurativa) entre o sujeito e o mundo. E aí as diferenças esbatem-se consideravelmente. Recordo que Aguiar e Silva vê na poética petrarquista o impulso e o modelo para Camões construir a sua imitação de uma vida. Ficam aí mesmo excluídas a possibilidade de um contrato de leitura autobiográfica e a identificação da figura autoral nos moldes da modernidade literária. E, no entanto, se são efectivas as divergências entre Luís de Camões e Irene Lisboa, por exemplo, em termos de história dos géneros e dos respectivos requisitos de comunicação literária, os textos de ambos inviabilizam, cada um a seu modo, o pressuposto de que a palavra tem uma relação transparente e transitiva com o mundo extratextual e com a entidade do autor empírico.

Em vez de uma reprodução mimética, a vida autobiografada resulta, ela mesma, da estranheza insanável que separa o *eu*-autobiógrafo dos *eus* que já foi e que não pode recuperar para o presente de enunciação. Conforme nos alerta Louis Marin (1981: 36-45), só a manipulação da linguagem permite inventar o sujeito autobiográfico e a sua linha de vida, cujos pontos extremos (o nascimento e a morte) estão interditos à escrita e são apenas verbalizáveis graças à ficção. É justamente por este ardil de linguagem que não diz a

verdade mas que diz que a diz que devemos pensar a autobiografia entre a ficção e a factualidade, entre a invenção e o testemunho.

Ora, não são exactamente essas as razões invocadas para o *Programa de Literatura Portuguesa* reunir no item da prosa a narrativa ficcional e as «formas híbridas» (Coelho, 2001a: 29) que percorrem «um espectro entre a ficção e o documento, a historiografia, a narrativa de viagens, a biografia, a autobiografia, a carta, a página de diário, a crónica jornalística» (*idem, ibidem*). Passo a transcrever um excerto que se revela particularmente esclarecedor a este título:

Dado o amplo espectro de tipologias de textos em prosa, será de problematizar as categorizações textuais, levantando questões relativas às condições de produção e de recepção dos textos, compreendendo o autor, as suas intenções, o público/leitor, os meios de difusão, etc.

Será igualmente importante desenvolver no aluno a capacidade de uma flexibilidade de leitura, «suspendendo voluntariamente a sua descrença» no caso da ficção, do teatro e da poesia, ou retomando o critério da verosimilhança nos casos em que os textos se assumem como factuais ou não ficcionais. Sobretudo, interessará conseguir no leitor uma atitude de questionamento sobre os efeitos de real produzidos e sobre a sua eficácia. (*idem: ibidem*)

O primeiro subterfúgio para lidar com a diversidade textual parece ser o de remeter os casos híbridos para o estudo da fidedignidade do autor e das suas intenções/condições de produção. Nesse movimento fica a impressão de não se querer fugir à falácia intencional, tão típica das leituras biografistas e historicistas. De seguida, expõem-se distinções algo hesitantes entre textos ficcionais e os que «se assumem como factuais ou não ficcionais», ou seja, os da família autobiográfica, presume-se. O programa tenta, pois, distinguir a ficção pela «suspensão voluntária da descrença» (fórmula não identificada como sendo do romântico inglês Coleridge) e os textos factuais pela verosimilhança, no sentido de, por fim, levar os alunos a questionarem, na linha de Barthes, os «efeitos de real» da escrita e a sua respectiva eficácia.

De novo, a imprecisão nos conceitos deixa sem fundamentos sólidos a vontade programática de distinguir campos, neste caso o ficcional, o não ficcional e, no meio, as formas híbridas. A verdade é que o programa não consegue ainda aceitar em pleno que, em nenhum dos casos, o sujeito pré-existe à palavra, que o que temos são obras de linguagem e que, só com ela, compõem e simulam diferentes relações de referencialidade do texto com o mundo. Ao fim e ao cabo, o nó górdio da autobiografia

reside no facto de ser o simulacro da presença de um *eu* e que pode ser traduzido, com felicidade, nos termos de um manual de Português, já preparado para a nova reforma curricular: «a autenticidade [...] aprofunda[-se] numa escrita que é capaz de problematizar e de jogar com as construções do nosso mundo interior, uma escrita consciente do seu carácter de *construção* de ‘uma verdade’» (Garrido *et alii*, 2003: 26; itálico do texto).

As hesitações e contradições programáticas enunciadas são, contudo, a decorrência dos debates que atravessaram os Estudos Literários durante o século XX. É de salientar que a autobiografia teve de debater-se com matérias tão complexas e candentes que ainda hoje animam a Teoria Literária: a morte do autor, a ficcionalidade do sujeito e a introversão do texto sobre si mesmo. Também por esse motivo, só nos anos 70 se evoluiu a sério de uma concepção expressivista e documental da autobiografia para o reconhecimento da sua textualidade e ficcionalidade, embora em versões bastante divergentes que não se reduzem ao contributo desconstrucionista. Sem entrar nos pormenores da discussão teórica (extensamente repertoriada por Eakin, 1992 e Marcus, 1994), direi que, sendo incontornável que a linguagem nasce do desacordo entre referência e figura, não ficam excluídas as possibilidades de ela estabelecer alguma relação com o mundo. Além do contrato de leitura que a autobiografia acciona, para resistir a ser apenas texto (que, de facto, o é), convém não esquecer que a linguagem que modela o sujeito autobiográfico é, por natureza, dialógica e não é imune à História e à inscrição ideológica.

Gostaria de finalizar este meu percurso com uma última *virtualidade* autobiográfica que vejo mais explicitada no *Programa de Português* de 10^o. ano. Na sequência de ensino-aprendizagem dedicada a esta matéria, sugere-se que a leitura da autobiografia se concretize em actividades diversificadas que incentivem a relação inter-artes, sobretudo com o auto-retrato pictórico, e que explorem registos autobiográficos em vários suportes e contextos enunciativos do quotidiano. Nessa base dão-se indicações sumárias para exercícios orais e escritos em que o aluno faça o relato de experiências e vivências, a descrição e interpretação de imagens e o seu auto-retrato (Coelho, 2001b:51).

Curiosamente, sem o enunciar explicitamente, o programa abre aqui uma brecha na sua formatação estruturalista. A fronteira que separa as leituras entre o literário e o não literário diminui a sua rigidez neste paralelismo com outras artes e com as formas quotidianas da autobiografia. Nessa medida, desloca o seu centro de interesses dos sistemas linguísticos e das tipologias textuais e concebe a autobiografia entre várias

práticas e géneros discursivos, inerentes a um conceito pragmático, contextualizado e necessariamente pós-estruturalista da linguagem. Esta confluência de registos autobiográficos é, de resto, um caminho fértil para mostrar o papel reciclador da memória⁶ e os modelos culturais que fazem das vidas histórias, reconstruindo, em permanência, as subjectividades. No fundo, somos o que contamos de nós, de acordo com as nossas conveniências do presente e com as estruturas mentais e simbólicas de uma sociedade e de um tempo histórico.

Esse trânsito comparativo pode perfeitamente beneficiar o estudo das convenções, regras e protocolos que enformam a autobiografia como tradição literária, enquanto se exploram os pontos de contacto com os discursos que, no quotidiano, constituem e modelam os sujeitos. Ganham, assim, evidência o trabalho linguístico e a auto-reflexividade da autobiografia literária que, obviamente, não é escrita e lida no alheamento das práticas discursivas quotidianas, inclusive das que, nos dias que correm, transferem a comunicação por carta — até há pouco apenas escrita à mão ou à máquina — para o suporte digital do *e-mail*. Ou das que exibem um estridente mediatismo da intimidade e aumentam as formas de recitação individual, a começar pelos *reality shows*. Ou das que cruzam os indivíduos e a história colectiva, potenciando os constrangimentos do trauma a favor do testemunho autobiográfico, como se tem vindo a fazer em torno do Holocausto, das experiências de guerra ou de resistência a ditaduras. O grande desafio dos estudos autobiográficos vem, afinal, da diversidade de matérias e suportes que contemplam e das perspectivas críticas que convocam.

A incorporação da autobiografia nos programas de Português e de Literatura Portuguesa oferece uma excelente oportunidade de interrogação e apuro dos professores para melhor darem a conhecer aos alunos os paralelismos comunicantes entre textos, literários ou não. Daí sai, sem dúvida, reforçada a oportunidade (de que nenhum aluno pode ser privado) da experiência estética, ela que, na autobiografia, experimenta, dilata e desafia os possíveis da linguagem que dá forma à auto-representação e à própria

⁶ Associo a tarefa da memória à revisão constante do passado, de acordo com as necessidades do presente de rememoração, com a vontade de dar um sentido à vida e com a sua inscrição histórica. Nesse sentido, acompanho Sidonie Smith e Julia Watson quando afirmam: «Life narratives, depending on the memory they construct, are records of acts of interpretation by subjects inescapably in historical time, and in their relation to their own ever-moving pasts.» (2001: 24); tradução minha: «Em função da memória que constroem, as narrativas de vida são registos de actos interpretativos por sujeitos inescapavelmente situados no tempo histórico e na sua relação com os seus passados sempre inacabados.»

experiência de vida dos alunos-leitores. Assim, ganha ainda mais sentido uma das finalidades expressas do *Programa de Literatura Portuguesa* que, sem exceção, deveria destinar-se a todos os alunos do Ensino Secundário e não apenas aos que estudam Línguas e Literaturas:

Promover o conhecimento de si e do mundo, desenvolvendo uma sensibilidade perceptiva e um potencial criador que contribuam para a compreensão do comportamento humano e para o desenvolvimento de formas de relacionamento plurais com a criação cultural. (Coelho, 2001a: 9)

REFERÊNCIAS CITADAS

- COELHO, M^a. da Conceição (coord.) (2001a). *Programa de Literatura Portuguesa 10^o. e 11^o. Anos*. Curso Geral de Línguas e Literaturas, Ministério da Educação / Departamento do Ensino Secundário, 44 pp. <[w3.des.min_edu.pt/download/prog_hom/literatura_portuguesa_1\(75\).pdf](http://w3.des.min_edu.pt/download/prog_hom/literatura_portuguesa_1(75).pdf)> (consulta: 5 Janeiro 2005).
- (2001b). *Programa de Português 10^o. 11^o. e 12^o. Anos*. Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos. Formação Geral, Ministério da Educação / Departamento do Ensino Secundário, 76 pp. <w3.des.min_edu.pt/download/prog_hom/portugues_10_11_12_cg_ct_homol_nova_ver.pdf> (consulta : 5 Janeiro 2005).
- DIAS, Dália (2004). *A Escrita Dissidente. Autobiografia de Ruben A.*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- EAKIN, Paul John (1992). *Touching the World. Reference in Autobiography*, Princeton/New Jersey: Princeton University Press.
- (1999). *How Our Lives Become Stories. Making Selves*, Ithaca/London: Cornell University Press.
- FREITAS, Manuel de (2005). *Me, Myself and I: Autobiografia e Imobilidade na Poesia de Al Berto*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- GARRIDO, Ana et alii (2003). *Língua Portuguesa. Ensino Secundário 10^o. Ano. Antologia/Práticas. Livro do Professor*, Lisboa: Lisboa Editora.
- GŁOWIŃSKI, Michał (1995) «Os géneros literários». In Marc Angenot et alii (org.). *Teoria Literária*, Lisboa: Dom Quixote, pp. 105-121.
- GUSMÃO, Manuel (2003). «A literatura no ensino da língua materna». In *Românica. Revista de Literatura*, nº. 12, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 241-245.
- (2005). «O (re)começo da palavra». In entrevista de Ricardo Paulouro, *JL*, nº. 894, 5-18 Janeiro 2005: 12-13.
- MARCUS, Laura (1994). *Auto/Biographical Discourses. Theory. Criticism. Practice*, Manchester/New York: Manchester University Press.
- MARIN, Louis (1981). *La Voix Excomuniée. Essais de Mémoire*, Paris: Galilée.
- MORÃO, Paula (org.) (1994). *Românica nº. 3. Biografia e Autobiografia.*, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (2003). *Act 8. Autobiografia. Auto-Representação*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ Centro de Estudos Comparatistas.
- MOURÃO, Luís (1989). *Conta-Corrente 6. Ensaio sobre o Diário de Vergílio Ferreira*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- PEREIRA, José Pacheco (2006). «Blogues: a apoteose do presente». In *Público*, nº. 5923, 15 Junho, p. 5.
- ROCHA, Clara (1992). *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, Coimbra: Almedina

- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1994). «Aspectos petrarquistas da lírica de Camões». In *Camões: Labirintos e Fascínios*, Lisboa: Cotovia, pp. 179-190.
- SMITH, Sidonie and WATSON, Julia (2001). *Reading Autobiography. A Guide for Interpreting Life Narratives*, London/Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SMITH, Sidonie and WATSON, Julia (ed.) (1996). *Getting a Life. Everyday Uses of Autobiography*, London/Minneapolis: University of Minnesota Press.
- TADIÉ, Marc et TADIÉ, Jean-Yves (1999). *Le Sens de la Mémoire*, Paris: Gallimard.
- VENTURA, António (2001). *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca-Museu República e Resistência.
- WEINTRAUB, Karl (1991). «Autobiografía y consciencia histórica». In *Anthropos. Revista de Documentación Científica de la Cultura*, Suplemento nº. 29, Barcelona: Editorial Anthropos, pp. 18-33.